

Operação apura desvio milionário de espólio do fundador do Unip/Objetivo

João Carlos Di Genio morreu aos 82 anos, no ano de 2022, e deixou espólio bilionário

O Ministério Público de São Paulo e a Polícia Civil deflagram uma operação contra um grupo suspeito de envolvimento em um esquema milionário de fraudes relacionadas ao inventário de João Carlos Di Genio. A investigação apura o desvio de recursos que podem chegar a quase R\$ 900 milhões, ligados ao espólio bilionário deixado pelo empresário.

Di Genio, fundador do grupo educacional Unip/Objetivo, morreu em 2022, aos 82 anos, de causas naturais. Ele deixou esposa e três filhos, além de um patrimônio acumulado ao longo de décadas, considerado de grande valor. Desde então, o inventário vem sendo conduzido e, segundo as autoridades, teria sido alvo de fraudes.

De acordo com as investigações, o grupo atuava de forma estruturada para manipular o processo de inventário, com indícios de uso de documentos falsos, inserção de informações enganosas e estratégias para induzir decisões judiciais favoráveis. A atuação dos suspeitos teria permitido o desvio de grandes quantias vinculadas ao patrimônio.

A operação cumpriu mandados judiciais em endereços ligados aos investigados, com apreensão de documentos, celulares, computadores e outros materiais que podem contribuir para o avanço das apurações. A ação



Divulgação Unip

Caso é considerado um dos mais relevantes envolvendo fraudes em inventários no estado

foi conduzida pelo Ministério Público, com apoio de unidades especializadas da Polícia Civil no combate a crimes econômicos.

Segundo os investigadores, o esquema pode ter causado prejuízos expressivos, considerando o volume de recursos envolvidos. O caso chama atenção não apenas pelo valor estimado, mas também pela complexidade das fraudes, que teriam sido executadas ao longo do andamento do inventário, possivelmente com divisão de tarefas entre os participantes.

As apurações indicam que

os suspeitos se aproveitaram da complexidade dos trâmites judiciais e de possíveis fragilidades no processo para viabilizar o esquema, dificultando a identificação das irregularidades em um primeiro momento. O objetivo agora é detalhar a participação de cada envolvido e rastrear o destino dos valores.

Há indícios de que o grupo possa ter atuado de forma contínua, acompanhando diferentes etapas do inventário para interferir nos procedimentos e maximizar os ganhos ilícitos. A inves-

tigação também busca identificar se houve eventual participação de intermediários ou uso de terceiros para ocultar a origem dos recursos.

Além da coleta de provas, a operação busca interromper a continuidade das fraudes e evitar novos prejuízos ao espólio. As autoridades também trabalham para identificar outros possíveis envolvidos e verificar se há ramificações do esquema em outros casos semelhantes no estado.

Os investigados poderão responder por crimes como este-

lionato, falsidade documental e organização criminosa, entre outros que possam ser identificados ao longo das investigações. O Ministério Público também avalia medidas judiciais para bloquear bens e recuperar valores que tenham sido desviados, garantindo a preservação do patrimônio.

A ação faz parte de uma estratégia mais ampla de combate a fraudes patrimoniais de grande escala, especialmente aquelas que envolvem uso indevido de instrumentos legais e tentativas de manipulação do sistema de Justiça. A atuação conjunta entre Ministério Público e Polícia Civil tem sido considerada fundamental para enfrentar esse tipo de crime.

As autoridades destacam que esquemas desse tipo comprometem não apenas o patrimônio envolvido, mas também a confiança nos processos judiciais, exigindo respostas firmes e coordenadas dos órgãos de controle e investigação. As investigações seguem em andamento, e novas fases da não estão descartadas. A expectativa é que seja possível esclarecer completamente o funcionamento do esquema.

O caso é considerado um dos mais relevantes envolvendo fraudes em inventários, tanto pelo valor estimado quanto pela complexidade das ações e pelo impacto sobre um dos maiores patrimônios privados ligados ao setor educacional no país.

Cetesb emite licença para terceira pista da Imigrantes

Divulgação/Governo de SP

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) emitiu a licença prévia que atesta a viabilidade ambiental da nova ligação entre as rodovias Anchieta e Imigrantes. O projeto terá 21,6 quilômetros de extensão e vai conectar a Grande São Paulo à Baixada Santista.

O traçado começa no km 43 da Rodovia dos Imigrantes e segue até o km 265 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, em Cubatão. A proposta é ampliar a segurança viária, melhorar o acesso ao Porto de Santos e aumentar em cerca de 145% a capacidade de escoamento de cargas no trecho de serra.

A obra, considerada uma das mais complexas do país, terá cerca de 81% do percurso em túneis, solução que reduz impactos na superfície e preserva áreas de vegetação nativa.



Projeto terá 21,6 km e conecta a Grande SP à Baixada Santista

O projeto foi analisado com base no Estudo de Impacto Ambiental e recebeu aval do Conselho Estadual do Meio Ambiente. A Cetesb estabeleceu uma série de condicionantes, como monitoramento da biodiversidade, proteção de mananciais e contro-

le técnico das escavações.

A construção deve movimentar cerca de 4 milhões de metros cúbicos de solo e rocha. Com a licença prévia, o empreendimento segue agora para as próximas fases de licenciamento, que incluem instalação e operação.

Fundo Social promove leilão com 225 lotes

O Fundo Social de São Paulo realizará no dia 9 de abril, a partir das 9h, um leilão eletrônico com 225 lotes de bens públicos considerados inservíveis. O certame será conduzido exclusivamente pela internet, sob responsabilidade do leiloeiro oficial Francisco Donizetti, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) sob o nº 626.

A disputa seguirá a modalidade de maior lance por lote, conforme as regras estabelecidas no edital. Entre os itens disponíveis estão notebooks, celulares, televisores, sucatas de equipamentos de informática, materiais hospitalares, sucata veicular, mobiliário, pneus usados, jet-ski, quadriciclos e trailer, entre outros.

Para participar, é necessário realizar cadastro prévio no site lanceiloes.com.br. Os lances

serão feitos exclusivamente online e obedecerão à ordem numérica dos lotes, do 1 ao 225.

Os interessados poderão visitar os bens presencialmente nos dias 6, 7 e 8 de abril. Os lotes de 1 a 176 estarão disponíveis para visitação no Centro de Distribuição de Materiais do Fundo Social, localizado na Avenida Torres de Oliveira, nº 368 e nº 375, no bairro Jaguaré, zona oeste da capital. Já os lotes de 177 a 225 poderão ser conferidos em outros endereços, conforme detalhado no Anexo I do edital.

O pagamento dos itens arrematados deverá ser realizado à vista, em até 48 horas após o encerramento do leilão, com acréscimo de 5% referente à comissão do leiloeiro.

O edital completo está disponível no site do Fundo Social de São Paulo.